



A Comissão Política do PSD Águeda reuniu e deliberou prestar o seguinte esclarecimento público referente à apresentação da candidatura de Antero Almeida à Câmara Municipal de Águeda pelo CDS-PP.

Antero Almeida formalizou a sua demissão da Comissão Política, à qual pertencia enquanto Vice-Presidente, no passado dia 1 de abril. Por isso, foi com grande surpresa que a Comissão Política tomou conhecimento da sua apresentação, pelo CDS-PP, a 6 de abril, poucas horas depois de ter participado numa reunião de vereação da Câmara Municipal.

Ainda Vereador do PSD, Antero Almeida comunicou aos seus colegas de Comissão Política o seu afastamento no próprio dia em que foi anunciado candidato pelo CDS-PP, atitude inqualificável de desrespeito por aqueles a quem inclusivamente agradeceu “o apoio incondicional”, durante o seu mandato como Vereador.

Analisados os factos, a rapidez com que Antero Almeida surgiu anunciado pelo CDS-PP, na sequência de uma reunião que terá sido previamente agendada para o efeito, indicia que ou não efetuou nenhuma “*profunda reflexão*”, conforme afirma, ou que já se encontrava a premeditar este ato nas costas dos seus colegas de partido.

O ainda Vereador do PSD, no seu programa “*Sexta, Câmaras, Ação*”, assume “*inicialmente cheguei a ponderar se a lista fosse maioritariamente constituída pelos nossos*”. De facto, o PSD sempre incluiu Antero Almeida no processo negocial que conduziu à intenção de formação de um acordo político entre o PSD, o Movimento Independente Juntos, e o Partido da Terra, desde outubro de 2020. Aliás, nem poderia ser de outra forma, uma vez que este era Vice-Presidente e, parte interessada, enquanto Vereador.

O PSD, por reconhecer o empenho do seu vereador, esteve determinado em assegurar a sua inclusão na lista a apresentar à Câmara Municipal, tendo este inclusivamente participado numa reunião preparatória deste projeto decorrida a 4 de Janeiro, na presença do Presidente do PSD Distrital de Aveiro. A este respeito cabe-nos esclarecer que Antero Almeida esteve disponível a participar no acordo político com o Movimento Juntos desde que na condição de candidato a Vice-Presidente ou, pelo menos, enquanto segundo da lista a apresentar à Câmara Municipal.

A negociação de um acordo político tem como objetivo servir os interesses do concelho e dos municípios. Antes de se negociarem os lugares que cada pessoa poderá ocupar, devem ser delineadas as linhas programáticas para um projeto que será conjunto e que, como é evidente e natural, acolherá propostas políticas do PSD. Aliás, é nesta fase de construção que se encontra.

Os Partidos não podem ser instrumentos ao serviço de qualquer agenda pessoal, mas sim, do interesse coletivo e público. Neste sentido, o PSD não conhece ainda as intenções de Antero Almeida relativamente ao desempenho do cargo de Vereador do PSD, mas entende que o lugar não deve ser utilizado como palco para a sua candidatura pelo CDS-PP.

Acresce referir que, mantemos o respeito institucional pelo Partido CDS-PP, mas recordamos à sua atual Direção que não existem coligações naturais, os Partidos devem preferencialmente ter caminhos próprios. As coligações devem ser feitas quando o contexto político assim o exige, sempre em benefício das populações.

Águeda, 10 de Abril de 2021

Pela CPS do PSD de Águeda, Luís Tendeiro, Presidente